

## **ATO PGJ Nº 720/2017**

*Revoga o Ato PGJ nº 719/2017 e acrescenta atribuições ao Centro de Apoio Operacional da Educação e da Cidadania - CAODEC, e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 12, incisos V da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993,

**CONSIDERANDO** o item 7.26. do Relatório Conclusivo de Correição realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica revogado o Ato PGJ nº 719, de 07 de agosto de 2017.

**Art. 2º** As atribuições e funções exercidas pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso (CAOPDI), bem como seus bancos de dados e de informações e arquivos, passam à alçada do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC).

**Art. 2º** O inciso VII do art. 1º do Ato PGJ nº 454/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1º Integram a estrutura dos órgãos auxiliares do Ministério Público do Piauí, vinculados diretamente ao Procurador-Geral*

*de Justiça, os seguintes Centros de Apoio Operacional, que prestarão suporte técnico acerca de quaisquer questões que venham ser suscitadas pelos órgãos da estrutura do Ministério Público no desempenho de suas atividades funcionais, nas áreas adiante identificadas:*

*(...)*

*VII - Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC): defesa dos direitos da educação, dos direitos e interesses das pessoas com deficiência, idosos e questões residuais de direito civil.*

**Art. 4º** Fica revogado o inciso V do art. 1º Ato PGJ nº 454/2013.

**Art. 5º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 09 de agosto de 2017.

**Cleandro Alves de Moura**  
***Procurador-Geral de Justiça***